



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CÂMARA DOS DEPUTADOS

(DO SR. FRANCISCO DIAS)

ASSUNTO:

PROTOCOLO N.º _____

Acrescenta dispositivo ao artigo 29 da Lei nº 6.697, de 10 de outubro
de 1979, que "institui o Código de Menores", para o fim de conceder
isenção do Imposto de Renda ao adotante, nas condições que menciona, e
determina outras providências.

DESPACHO: COM. CONST. JUSTIÇA - FINANÇAS.

A' Com. Justiça em 27 de março de 19 89

DISTRIBUIÇÃO

Ao Sr. Deputado Carlos Vinagre fr, em 4/8 19 89

O Presidente da Comissão de Justiça e Redação

Ao Sr. _____, em _____ 19 _____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19 _____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19 _____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19 _____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19 _____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19 _____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19 _____

O Presidente da Comissão de _____

Ao Sr. _____, em _____ 19 _____

O Presidente da Comissão de _____

PROJETO Nº 1.362 DE 1988

SINOPSE

Projeto n.º _____ de _____ de _____ de 19 _____

Ementa: _____

Autor: _____

Discussão única _____

Discussão inicial _____

Discussão final _____

Redação final _____

Remessa ao Senado _____

Emendas do Senado aprovadas em _____ de _____ de 19 _____

Sancionado em _____ de _____ de 19 _____

Promulgado em _____ de _____ de 19 _____

Vetado em _____ de _____ de 19 _____

Publicado no "Diário Oficial" de _____ de _____ de 19 _____

CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 1.362, DE 1988

(DO SR. FRANCISCO DIAS)



Acrescenta dispositivo ao artigo 29 da Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979, que "institui o código de menores", para o fim de conceder isenção do Imposto de Renda ao adotante, nas condições que menciona, e determina outras providências.

(ÀS COMISSÕES DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE FINANÇAS)



CÂMARA DOS DEPUTADOS

As Comissões de Constituição
e Justiça e de Finanças
em 8.12.88

[Assinatura]
Presidente

PROJETO DE LEI Nº 1362, de 1988

MA
Acrescenta dispositivo ao ar-
tigo 29 da Lei nº 6.697, de 10
de outubro de 1979, que "insti-
tui o Código de Menores", para
o fim de conceder isenção do Im-
posto de Renda ao adotante, nas
condições que menciona, e deter-
mina outras providências.

(DO DEPUTADO FRANCISCO DIAS)

O CONGRESSO NACIONAL DECRETA:

Art. 1º. O art. 29 da Lei nº 6.697, de
10 de outubro de 1979, que "Institui o Código de Me-
nores", passa a vigor acrescido de parágrafo único '
com a seguinte redação:

"Art. 29.

.....



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Parágrafo único. Na forma deste artigo, fará jus o adotante, pessoa física, à isenção total do imposto de renda, até que o adotado complete a idade de dezoito anos e desde que a sua renda líquida não ultrapasse o equivalente a mil e quinhentas Obrigações do Tesouro Nacional-OTN".

Art. 2º Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de sessenta dias de sua publicação.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

J U S T I F I C A Ç Ã O

A matéria versada no presente Projeto de Lei se reveste transcendental importância para to-



CÂMARA DOS DEPUTADOS



do o País, pois visa encaminhar solução viável e plenamente exequível para o pungente problema do menor em situação irregular o qual, há vários e sucessivos anos, vem desafiando a argúcia dos nossos governantes.

Recorda-se que, a propósito, no ano de 1975 a Câmara dos Deputados produziu um dos seus melhores trabalhos, intitulado "A Realidade Brasileira do Menor", dissecando, com profundidade impressionante, a problemática do menor abandonado. Uma Comissão Parlamentar de Inquérito, presidida pelo ex-Deputado Carlos Santos, do PMDB do Rio Grande do Sul, concluiu pela existência de 25 milhões de menores abandonados, resultado obtido através de questionários preenchidos pelas prefeituras de quase todos os municípios brasileiros, número esse que, hoje, não é, seguramente, inferior a 30 milhões.

Em São Paulo o quadro ainda é mais grave, tendo o "Fantástico", da Rede Globo de Televisão, exibido uma dramática reportagem enfocando as condições precárias em que viviam centenas de menores que, em depoimentos verdadeiramente chocantes, reve-



CÂMARA DOS DEPUTADOS



*lavam toda a desdita do abandono a que foram condena-
dos pela sociedade, que se mostra impotente para res-
gatar essa crescente dívida social.*

*Também o Secretário de Justiça do Esta-
do de São Paulo, Dr. José Carlos Dias após, três su-
cessivas rebeliões da Casa de Detenção — que abri-
ga quase sete mil presos, para uma capacidade plane-
jada de três mil e seiscentos (3.600) presidiários —
fez impressionantes revelações, destacando-se as de
que cerca de 80 por cento da população carcerária no
Estado de São Paulo têm menos de 25 anos de idade e
que um terço dos presos paulistas são agressos de
institutos de reeducação de menores (estabelecimentos
do tipo FEBEM). A organizações de O Globo promoveram
um Seminário sobre a Violência Urbana, consubstancian-
do as conclusões de ampla pesquisa realizada pelos ór-
gãos noticiosos, as quais também apontaram problemá-
tica do menor.*

*Todas essas providências, envolvendo ,
naturalmente, como ocorre no Estado de São Paulo, a
construção de novos estabelecimentos penais e mobili-
zando a formação e a contratação de recursos humanos'*



multidisciplinares (agentes de segurança, médicos, psicólogos e assistentes sociais), implicam o dispêndio anual de verbas bilionárias, tratando-se de recursos públicos que são pulverizados sem qualquer retorno, real ou aparente.

Deve ser considerado ainda que os menores abrangidos pela assistência, proteção e vigilância preconizadas pelo Código de Menores são aqueles 'privados de condições mínimas à subsistência, saúde e instrução, em razão de falta, ação ou omissão de pais ou responsáveis, ou ainda vítimas de maus-tratos e castigos, sem falar no perigo moral a que se a chamam expostos permanentemente, idealizando-se, portanto, que a solução alvitrada no instituto da adoção 'deveria implicar solução definitiva para toda essa 'problemática.

Assim, é o presente projeto de lei para atribuir consequência prática de ordem econômica à adoção plena de menor, incentivando essa que é, segundo entendemos, a solução mais viável e exequível para o terrível problema do menor brasileiro em situação irregular.



CÂMARA DOS DEPUTADOS



Sala das Sessões, em 07/12/88

DEPUTADO FRANCISCO DIAS



CÂMARA DOS DEPUTADOS



LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA
COORDENAÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

LEI Nº 6.697, de 10 de outubro de 1979.

Institui o Código de Menores.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

CÓDIGO DE MENORES

LIVRO I

PARTE GERAL

TÍTULO V

DAS MEDIDAS DE ASSISTÊNCIA E PROTEÇÃO

CAPÍTULO I

DAS MEDIDAS APLICÁVEIS AO MENOR

Seção I

Da Colocação em Lar Substituto

Subseção VI

Da Adoção Plena

Art. 29 - A adoção plena atribui a situação de filho ao adotado, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

ASSUNTO : Projeto de Lei nº 1.506/89. Requerimento de anexação de proposições conexas.

O projeto supra, de autoria do nobre Deputado NELSON AGUIAR, visa a editar normas gerais de proteção à infância e à juventude, revogando o Código de Menores e dispositivos pertinentes do Código Civil Brasileiro. A ele foram anexados os Projetos de Lei nº 1.765/89, 2.264/89 e 2742/89. Em atenção ao requerimento do Autor, de 24.08.89, e por tratarem de matéria análoga ou conexa (art. 124, § 5º, RI), de termino a anexação, igualmente, dos seguintes Projetos de Lei: a) nº 2.584/89, do Senhor Deputado Hélio Rosas, "que institui o Código de Menores", conforme noticiado pelo requerente; b) nºs 1.619/89, 2.079/89, 2.526/89, 2734/89, 2742/89 e 3142/89, propondo alterações esparsas em referido Código; e c) nºs 75/87, 628/83 e 1.362/88 no mesmo sentido, que, embora precedentes em relação ao de nº 1.506/89, não têm a sua mesma abrangência. Em 05.09.89. Publique-se .

Presidente



CÂMARA DOS DEPUTADOS

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Na forma do art. 71 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a Vossa Excelência determinar sejam todos os projetos versando sobre o direito da criança e do adolescente (o menor) anexados ao Projeto de Lei nº 1506/89, de autoria do requerente. Consta da Comissão de Justiça que um projeto de autoria do Deputado Hélio Rosas, sobre a mesma matéria tramita no órgão técnico, despachado a diferente relator.

Sala das Sessões, em 24 de agosto de 1989.


Deputado NELSON AGUIAR



This image shows a single sheet of white, lined notebook paper. The paper has horizontal blue or grey ruling lines spaced evenly apart. There are approximately 20 lines visible across the page. The paper appears slightly aged or off-white. A small, dark speck is visible near the bottom center of the page. The edges of the paper are slightly irregular, suggesting it might be from a bound notebook.
